

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação para o trabalho associado e autogestionário: discutindo potencialidades

The Federal Institutes of Education, Science and Technology and the education for associated and self-managed work: discussing potentialities

Recebido: 12/04/2023 | **Revisado:** 17/04/2023 | **Aceito:** 17/04/2023 | **Publicado:** 28/06/2023

Maria Clara Bueno Fischer

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2289-5282>

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
E-mail: mariaclara180211@gmail.com

Josiane Roberta Krebs

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2671-2244>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
E-mail: josianekre19@gmail.com

Como citar: FISCHER, M. C. B.; KREBS, J. R.; Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação para o trabalho associado e autogestionário: discutindo potencialidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-18, e15317, Jun. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O artigo discute o potencial dos Institutos Federais de Educação (IFs) para realizar formação sobre o tema do trabalho associado e autogestionário. A relação que vem se estabelecendo entre o Campus Viamão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Assentamento Filhos de Sepé é analisada com base nos conceitos de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e de formação para o trabalho associado, na perspectiva de uma pedagogia da produção associada. Afirma-se que a existência de uma relação entre a instituição de ensino e o movimento social – orientada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva político-epistemológica emancipatória – favorece a realização de ações voltadas para a formação para o trabalho associado.

Palavras-chave: Trabalho associado e autogestionário; pedagogia da produção associada; economia solidária; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; educação profissional e tecnológica.

Abstract

In this article the authors discuss the potential of the Federal Institute of Education, Science and Technology (IF) to carry out training on the subject of associated and self-managed work. The relationship that has been established between the Viamão Campus of IF of Rio Grande do Sul (IFRS) and the Filhos de Sepé Settlement, is analyzed based on the concepts of indissociability between teaching, research and extension and of training for associated work in the perspective of a pedagogy of associated production. It is stated that the existence of a relationship between the teaching institution and the social movement guided by the indissociability between teaching, research and extension, in an emancipatory political-epistemological perspective that favors the realization of actions aimed at training for associated and self-management work.

Keywords: Associated and self-managed work; pedagogy of associated production; solidarity economy; teaching-research-extension indissociability; professional and technological education.

1 INTRODUÇÃO

Por que nos atentarmos para outros modos de produção da vida social que se estruturam com base no trabalho associado (distintos, portanto, do modo capitalista), quando pensamos nas relações entre trabalho e educação? Por que os inserir em nossas agendas do ensino, da pesquisa e da extensão das instituições de educação?

Consideramos que é preciso compreender a relação trabalho-educação na sua historicidade, levando em conta as relações sociais de produção hegemônicas num momento histórico específico e outras que perduram e/ou emergem em diversos espaços-tempos distintos da lógica capitalista. Trata-se de espaços-tempos nos quais as relações de intercâmbio seres humanos-natureza mediadas pelo trabalho são construídas na perspectiva de equilíbrio, e não de ruptura. Referimo-nos, portanto, a espaços-tempos que,

[...] na atualidade, atravessados por mediações de primeira e de segunda ordem, convivem e se entrelaçam, pelo menos, três importantes espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, nos quais estão presentes, ainda que contraditoriamente, elementos da produção associada e da autogestão do trabalho e da vida social: a) Espaços/tempos revolucionários, quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho se manifesta por meio de revoltas e rebeliões; b) Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas de trabalho e de sobrevivência se configuram como parte integrante da economia solidária, economia popular solidária ou qualquer outra denominação que, embora não sejam sinônimos, anunciam a construção de uma economia alternativa ao capital; c) Espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais. (TIRIBA; FISCHER, 2013, p. 6).

Essa concepção implica apreender dimensões do real que nos permitam tanto compreender as contradições entre capital e trabalho, em diferentes momentos históricos, quanto intervir, de forma propositiva, na condução da história, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

Quando nos referimos à Economia Solidária (ES), estamos tratando de uma diversidade de iniciativas de experimentação de trabalho associado e autogestionário que vem se reconhecendo no campo denominado “Economia Solidária”. Caracteriza-se como Movimento da Economia Solidária, de caráter nacional e internacional, além de se apresentar, no Brasil, como política pública. Afirma o desenvolvimento solidário e sustentável com autogestão dos atores no trabalho e no território, o que implica processos permanentes e diretos de participação democrática. De certa forma, podemos pensar que a Economia Solidária é parte de um processo histórico que está engravidando, em meio a muitas contradições, outros modos de vida que problematizam o modo de vida capitalista, modo de produção e reprodução da existência humana que “molda” a vida de homens e mulheres, orientado pelo reino da mercadoria.

Conforme relatado em 2011 pelo então Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a expansão da Economia Solidária encontrou, na sua história, significativo apoio nos movimentos sociais, urbanos e rurais, que incluíram nas suas estratégias o desenvolvimento de iniciativas de produção dos meios de vida ancorados no trabalho associado e na autogestão da produção (SENAES, 2011). Em 2014, em documento do Conselho Nacional de Economia Solidária, fica evidente que se fazia necessário “[...] avançar no reconhecimento do direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção”. (CONAES, 2014, p. 14). Esse mesmo documento reforça que “o acesso às políticas públicas de formação e assessoria técnica em ES é considerado direito do trabalho associado, cabendo ao Estado garantir recursos permanentes para o financiamento de ações [...]” (CONAES, 2014, p. 23). Assim, essa conjuntura desafia-nos a refletir sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), enquanto instituições de educação pública, na realização desse direito.

Para tanto, ressaltamos a importância que a RFEPCT pode ter como protagonista no processo de formação para o trabalho associado, tanto por sua capilaridade, abrangência e possibilidades de articulação (visto que está presente nas 27 unidades federadas do país; tem 646 unidades, 11.473 cursos e mais de 1 milhão de matrículas),¹ como também por sua concepção, diretrizes, objetivos, características e finalidades autodeclaradas nos documentos normativos.

Podemos observar, na Lei nº 11.892/08, que instituiu a RFEPCT e criou os IFs, que, dentre as finalidades, características e objetivos autodeclarados, em vários momentos, faz-se referência ao vínculo dos IFs com o território e com o desenvolvimento social, incluindo, para tanto, entre suas finalidades, a realização da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, conforme concepção e diretrizes publicadas pelo Ministério da Educação, “[...] é no enlace dessa trajetória centenária [história da RFEPCT] com o futuro que já se faz presente que os Institutos Federais assumem seu verdadeiro papel social, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária.” (MEC, 2010, p. 7).

Explicitar a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é fundamental para pensarmos a relação entre os IFs e o trabalho associado e autogestionário, pois, como aponta Frigotto (2018, p. 18), “a política dos IFs insere-se na disputa do projeto societário e das concepções educativas como mediação dessa disputa”. Ao buscarmos referências teóricas² que sustentam essa concepção, identificam-se conceitos recorrentes, como: educação integral, trabalho como princípio educativo e defesa de uma formação que articule ciência, trabalho e cultura, na perspectiva da formação omnilateral e politécnica (FRIGOTTO, 2018). Do mesmo

¹ Plataforma Nilo Peçanha. Disponível

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYW M1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 7 fev. 2023.

² Para Figueiredo (2019), a EPT fundamenta-se no trabalho como princípio educativo, na prática social como critério do conhecimento e na educação integral. Essa fundamentação é inspirada em Krupskaja, Makarenko e Pistrak, além de Paulo Freire, Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos e Lucília Machado. Frigotto (2018) apresenta como concepção de ensino médio integrado (EMI) a educação integral, que articula ciência, trabalho e cultura, na perspectiva da formação omnilateral e politécnica.

modo, esses fundamentos estão presentes na concepção dos IFs, que devem articular “trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento”. (MEC, 2010, p. 34).

Alguns poucos estudos realizados sobre ações dos IFs com relação ao trabalho associado e autogestionário, em particular quanto à Economia Solidária, trazem-nos algumas pistas. Uma delas é que as ações se concentram na extensão e nas incubadoras sociais ou tecnológicas de Cooperativas Populares.³ Outra diz respeito às aproximações que podem ser estabelecidas entre os princípios dos IFs e da Economia Solidária. Neste caso, Pelissari e Nascimento (2020) avaliam que a concepção de educação dos IFs, fundada na formação integral do ser humano e no trabalho como princípio educativo, no horizonte da politecnicidade, guarda semelhanças significativas com o projeto de sociedade reivindicado pelo movimento de Economia Solidária. Já Domingues Júnior (2018) apresenta a hipótese de que o IF é um ator fundamental para a consolidação da cultura de Economia Solidária.

Por sua vez, Silva *et al.* (2022), Muñoz *et al.* (2015) e Ullrich (2014) indicam a necessidade de aproximação dos estudantes dos IFs com a Economia Solidária e o reconhecimento da relevância tanto dos saberes científicos como dos saberes populares para a construção de conhecimento. Apontam ainda o papel dos IFs na organização e no fortalecimento dos empreendimentos solidários, destacando que não basta a formalização, uma vez que se deve pensar também no empoderamento dos atores sociais e na construção de uma cultura de reciprocidade.

As diretrizes dos Institutos Federais e estudos acadêmicos apontam-nos importantes aspectos referentes a desafios e possibilidades dos IFs para incorporar na sua agenda o tema do trabalho associado e autogestionário. Neste artigo, nosso foco principal é analisar, em particular, o potencial de ações dos IFs pautadas pela relação indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, tomamos como caso empírico a relação que vem se estabelecendo entre o *Campus Viamão* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Assentamento Filhos de Sepé, por meio do Programa EcoViamão.

Além da introdução, o artigo está organizado nos seguintes tópicos: 1. Formação para o trabalho associado e autogestionário; 2. A centralidade da extensão na construção da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; 3. A relação entre o *Campus Viamão* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Assentamento Filhos de Sepé; e, por fim, 4. Considerações finais.

2 FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO

³ No Banco de dados sobre educação e Economia Solidária produzido pelo Grupo de Pesquisa *Trabalho, Educação e Conhecimento* (UFRGS/CNPq), em que se mapeou a produção discente publicada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores “educação” and “economia solidária” e “formação” and “economia solidária”, foram encontrados 267 trabalhos publicados entre 2004 e 2022. Desses, apenas 13 pesquisas (duas teses e 11 dissertações) tratam sobre a educação/formação para o trabalho associado/economia solidária nos IFs.

Entendemos o trabalho associado e autogestionário ancorado no entendimento de produção associada e autogestionária.

[...] na perspectiva do materialismo histórico, a produção diz respeito à totalidade dos processos de criação e recriação da realidade humano-social mediados pelo trabalho, pelos quais o ser humano confere humanidade às coisas da natureza e humaniza-se com as criações e representações que produz sobre o mundo. Para Karl Marx (1998), no horizonte da emancipação humana, o “modo de produção de produtores associados” seria fundado na propriedade e na gestão coletiva dos meios de produção e na distribuição igualitária dos frutos do trabalho. (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 615).

Já a autogestão é uma prática social na qual, em vez de se deixar a organização do processo de trabalho aos capitalistas e a seus representantes, e/ou delegá-la a uma “gerência científica”, trabalhadores e trabalhadoras tomam para si, em diferentes níveis, o controle dos meios de produção, do processo e do produto do trabalho. Num sentido mais amplo, para além das unidades produtivas, as práticas sociais autogestionárias carregam consigo o ideário da superação das relações sociais capitalistas e a criação de uma sociedade autogestionária.

As práticas de autogestão visam à constituição de uma cultura do trabalho que se contraponha à racionalidade da cultura do capital. Nesse sentido, temos afirmado que

Os conhecimentos nascem de ações e interrogações que nós, seres humanos inacabados e históricos, fazemos por necessidade e/ou por curiosidade, em relação ao mundo natural e histórico-cultural do qual somos parte. Mediado pelo trabalho, o ser humano transforma, cria e recria a natureza, produz conhecimento e cultura. Como a vida é movimento, qualquer forma de saber é, portanto, uma obra em aberto. Nesse sentido, trabalho e educação não se constituem como dimensões separadas da vida; da mesma maneira, os fenômenos econômicos e culturais “[...] estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações” (THOMPSON, 2001, p. 208). Como parte integrante de processos sociais que criam modos de vida específicos e diferenciados, a cultura só pode ser considerada no contexto mais amplo da produção da vida material e simbólica, atada aos conceitos de sociedade e economia. (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 415).

Assim, o trabalho associado gera saberes construídos diretamente na experiência de processos de trabalho estruturados na apropriação coletiva dos meios de produção, na distribuição igualitária dos resultados do trabalho e na gestão democrática do conjunto das decisões. Uma unidade de produção associada por si só pode ser entendida como uma “unidade de produção associada de saberes”, pois tem como premissa o princípio educativo do trabalho (TIRIBA; FISCHER, 2012). No entanto, para além do saber produzido e construído cotidianamente,⁴ é necessária

⁴ Dada a centralidade da apreensão dos saberes do trabalho nos processos de formação para o trabalho associado e autogestionário, desenvolvemos algumas premissas político-epistemológicas, a

uma formação técnico-produtiva e ético-política que promova a articulação dos saberes fragmentados pelo capital, bem como a apropriação dos conhecimentos histórica e socialmente produzidos pela humanidade e, portanto, dos instrumentos teórico-metodológicos que permitam aos trabalhadores e trabalhadoras apreender e, ao mesmo tempo, problematizar os sentidos e os saberes forjados na práxis do trabalho associado e autogestionário.

Situamos a formação para o trabalho associado e autogestionário na perspectiva de uma pedagogia da produção associada, a qual, de acordo com Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022, p. 205), consiste em

um campo teórico-prático que visa ao estudo e concretização dos processos educativos que têm como objeto de reflexão e de ação a socialização, a produção, a mobilização, a problematização e a sistematização de saberes sobre o mundo do trabalho que contribuem para a formação integral das trabalhadoras e dos trabalhadores associados na produção da vida.

Na sequência, discorreremos sobre a extensão e suas relações indissociáveis com a pesquisa e o ensino, no intuito de refletir sobre as possibilidades e os desafios dos IFs para realizarem formação para o trabalho associado e autogestionário.

3 A CENTRALIDADE DA EXTENSÃO NA CONSTRUÇÃO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

Desde a Constituição Federal de 1988, as universidades brasileiras passaram a incorporar a perspectiva da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esta será introduzida na Educação Profissional a partir da criação dos IFs, em 2008.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma questão paradigmática, epistemológica e político-pedagógica relacionada à função social, em particular às relações entre teoria e prática, nas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse sentido, salienta Couto (2020, p. 34):

As ações pedagógicas indissociáveis se traduzem como práticas contra-hegemônicas se em sua essência forem planejadas com esse propósito, dentro de uma perspectiva de conhecimento, que vai ao

saber: a) os saberes se constroem e são frutos das relações sociais de produção da existência humana; portanto, não são neutros; b) saberes da experiência vivida do trabalho (e da vida em geral) e saberes científicos são conhecimentos que demandam mútuo e contínuo reconhecimento e problematização; c) apreender como os saberes do trabalho se manifestam requer apreender mediações, contradições, particularidades e singularidades dos espaços/tempos nos quais eles se constroem. É preciso deixar o objeto "falar"; d) as experiências de trabalho em rede contribuem com a compreensão e a produção de saberes acerca da totalidade social em que se inserem; e) constituindo-se como mediação, determinados procedimentos de pesquisa favorecem o diálogo entre conceito e evidência interrogada acerca dos saberes do trabalho, contribuindo para reafirmar os modos de vida distintos do modo de vida capitalista. Tais premissas estão desenvolvidas em Fischer; Cordeiro; Tiriba (2022).

encontro da concepção de conhecimento do materialismo histórico dialético, no que se refere, em especial, a relação teoria e prática.

Rays (2003, p. 73) compreende que a referida indissociabilidade caracteriza-se como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática”. Afirma ainda que, se entendermos a indissociabilidade como “ato processual que traz em si a marca da omnilateralidade em devir, ela não terá outra função senão a de promover o processamento da interatividade crítica que rompe, por sua vez, com a cultura dissociativa entre o ensino, a pesquisa e a extensão”.

Por seu turno, Dagnino (2022, p. 114) argumenta que “a ideia de Extensão ganhou força na América Latina, no início do século passado como consequência da reflexão sobre qual deveria ser o papel social da universidade, em geral mantida com impostos pagos pelos mais pobres, para contribuir de maneira efetiva para a melhoria das suas condições de vida”. Nesse sentido, o autor afirma a importância das alianças entre a comunidade de pesquisa e os movimentos sociais.

Assim retornaríamos ao começo, com as idéias de “intenção”, “exvestigación” e “decência”, e da aliança “comunidade de pesquisa” e “movimentos sociais”. Teríamos toda uma discussão sobre como gerar em nossos países novos atores, buscando dar a eles um novo significado no tecido social e fazendo com que a universidade pública busque atores na sociedade com os quais possa fazer alianças. (DAGNINO, 2010, p. 303).

No trecho supracitado, o autor realiza um jogo de palavras com os termos extensão, pesquisa e docência. Em vez de extensão, ele propõe adotar o termo intenção, no sentido de internalizar a agenda de discussão social como diretriz. Essa escolha vocabular evidencia a busca pelo desenvolvimento de ações de extensão com o objetivo de conhecer os problemas e contribuir para resolvê-los, além de trazer para dentro da universidade uma agenda social.

Para a palavra pesquisa, Dagnino (2010) propõe olhar como “exvestigação”, que seria a construção de conhecimento “para fora”, passando pela prerrogativa da construção coletiva com atores sociais, como estudantes e movimentos sociais. Desse modo, o conhecimento seria orientado por problemas e para a *policy* (formação de política pública). Quanto ao vocábulo docência, o autor propõe substituí-lo por decência, no sentido de dessacramentar e politizar a docência; isto é, para contribuir com uma sociedade decente. Ele conclui que “nas ideias de ‘intenção’, ‘exvestigação’ e ‘decência’ se fundamenta a nossa proposta para começar a mudar a universidade”. (DAGNINO, 2010, p. 286 e 287).

Melo Neto (2014, p. 93) também argumenta sobre a possibilidade de aproximação entre universidade e sociedade através da “extensão popular”. O autor considera que “a extensão é um trabalho social útil sobre a realidade, realizando-se como processo dialético de teoria e da prática, externando um produto que é o conhecimento novo, cuja produção e aplicabilidade possibilitam o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo”. Ainda nesse sentido, ressalta que

A devolução dos resultados do trabalho social à comunidade caracterizará a própria comunidade como possuidora de novos saberes ou saberes rediscutidos e que serão utilizados pelas lideranças comunitárias em seus movimentos emancipatórios e reivindicatórios. Isso faz crer a extensão exercendo e assumindo uma dimensão filosófica fundamental, que é a busca de superação da dicotomia teoria e prática. Estas, também, se constituem como bases ontológicas da extensão. (MELO NETO, 2002, p. 19).

Essa conceituação da extensão como um trabalho social útil sintoniza, conforme veremos, com as ações desenvolvidas entre o *Campus Viamão* do IFRS e o Assentamento Filhos de Sepé. Como afirmado por Melo Neto (2014, p. 93 e 94):

Ao se pensar a extensão universitária como um trabalho social útil, vê-se que esse trabalho não se exerce apenas a partir dos participantes da comunidade universitária, servidores e alunos. Na sua dialeticidade, exige a dimensão externa à universidade, que é a participação de pessoas da comunidade ou mesmo de outras instituições da sociedade civil, como os movimentos sociais. Esse trabalho social realiza-se sobre a realidade objetiva. É um trabalho coparticipativo, que traz consigo as tensões de seus próprios componentes em ação e da própria realidade objetiva. Um trabalho em que se definem objetos de pesquisa para a realização e construção do conhecimento, para a transformação ou reformulação de verdades estabelecidas. Um trabalho que apresenta questões tanto para a pesquisa como para o ensino, constituindo-se como possibilidade concreta de superação da própria pesquisa e ensino que são realizados, com frequência, fora da realidade objetiva.

Outrossim, Freire (1983) traz reflexões fundamentais para pensar a extensão. O autor considera que o termo extensão remeteria a uma perspectiva de mera transmissão do conhecimento, à qual subjaz a ideia do tratamento das pessoas envolvidas como “coisas”, negando-as como seres de transformação do mundo. Assim, prefere o vocábulo comunicação. Para Freire (1983, p. 42), portanto, “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Ainda de acordo com o autor, devemos partir de uma leitura do mundo, da leitura da realidade e dos problemas concretos das comunidades com as quais a extensão se realiza.

A superação das condições de opressão e de exploração, para Paulo Freire (1987), exige o protagonismo dos oprimidos para que se possa realizar sua vocação ontológica de ser mais, de sua humanização e emancipação. Nessa perspectiva, Freire (1987, p. 44) defende que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ou seja, trata-se de um processo dialético e contínuo, sem ponto de chegada; pressuposto político-epistemológico essencial para pensar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na sequência, analisamos a experiência de ações desenvolvidas entre o *Campus Viamão* do IFRS e o Assentamento Filhos de Sepé.

3 A RELAÇÃO ENTRE O CAMPUS VIAMÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS) E O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

Com o propósito de problematizar o potencial dos IFs para a formação para o trabalho associado e autogestionário, tecemos reflexões acerca da relação que vem se estabelecendo entre o *Campus* Viamão do IFRS⁵ e o Assentamento Filhos de Sepé.

Essa relação, formalizada em 2016, iniciou com um programa de extensão intitulado EcoViamão, que, ao longo destes sete anos, tem desenvolvido projetos de ensino, pesquisa, extensão e indissociáveis,⁶ contando com significativa participação de estudantes.⁷ A aproximação entre o *Campus* Viamão do IFRS e o Assentamento nasceu orientada por um objetivo comum: a defesa de uma sociedade mais justa e inclusiva, marcada por relações dialógicas.

O diálogo entre o Assentamento e o IF, contudo, acontece desde antes da elaboração do texto do programa EcoViamão e dos projetos específicos. Ao relatar⁸ a origem das ações, tanto o *Campus* Viamão do IFRS como o Assentamento Filhos de Sepé citam, na justificativa do projeto, as características do território e o compromisso com o desenvolvimento local, fator importante ao estruturar as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Com relação a Viamão, convém apontar que este é o maior município em extensão territorial da mesorregião metropolitana de Porto Alegre e o sétimo em população do estado do RS. É interessante salientar que, embora os dados do censo de 2010 tenham demonstrado que 94% da sua população residia no meio urbano, o município destaca-se no eixo da economia rural, especialmente na produção de arroz orgânico, produzido no maior assentamento do RS, o Assentamento Filhos de Sepé (IFRS, 2018). Ademais, destaca-se por suas características ecossistêmicas e por sua diversidade étnico-cultural: nele, encontram-se várias áreas de interesse ecológico, bem como comunidades remanescentes de Quilombos e três Terras Indígenas do povo Mbyá Guarani.

Em contrapartida, Viamão tem enfrentado sérios desafios relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, ao acesso ao trabalho e à distribuição de renda. A população do município vem diminuindo em quantidade absoluta e perdendo em participação na região. Em 2019, Viamão tinha 241.560 habitantes, e apenas 21.719 vínculos empregatícios, o que representa 8,9% de sua população estimada. (KAPRON; BRAGATTI, 2020; KAPRON; BRAGATTI; RODRIGUES, 2021). Dos postos de trabalho, a maior parte está no setor terciário (comércio, serviços e administração pública), que abrange atividades com “significativa contribuição para o

⁵ O *Campus* Viamão é um dos 17 *campi* que integram o IFRS, que é um dos 38 IFs do Brasil. Fazem parte da comunidade acadêmica interna do *Campus* 73 servidores (32 técnicos administrativos em educação e 41 docentes efetivos) e 873 estudantes.

⁶ No IFRS, as ações são registradas como programa ou projeto de extensão, projeto de ensino, projeto de pesquisa ou projeto indissociável (política adotada para fomentar e incentivar a realização de ações indissociáveis).

⁷ Entre 2018 e 2022, ofertou 87 bolsas aos estudantes, além da participação de voluntários.

⁸ Dados obtidos em roda de conversa realizada no Assentamento Filhos de Sepé, no dia 28 de março de 2023.

emprego, mas não para a ampliação da renda local.” (KAPRON; BRAGATTI; RODRIGUES, 2021).

Verifica-se, portanto, que, mesmo tendo tantas características positivas relacionadas ao ecossistema e às riquezas naturais, as atividades primárias de Viamão – agropecuária e de extração vegetal e mineral – são pouco expressivas localmente em termos de ocupações formais (KAPRON; BRAGATTI; RODRIGUES, 2021).

Na relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a população de Viamão, percebe-se que o município perde juventude e envelhece rapidamente. Nesse sentido, corroboram Kapron e Camargo (2022, p. 7): “Enquanto mantém sua participação na produção econômica, Viamão perde população significativamente, o que pode estar associado à falta de oportunidades de trabalho e até mesmo de estudo”.

Considerando as características do território onde se situa, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS elaborou diretrizes para o *Campus Viamão*.

O planejamento e a gestão dessa região exigem ações integradas entre o setor público e a sociedade civil organizada a fim de colaborar para seu desenvolvimento econômico e social, com alternativas para a fixação de sua população em seu território e dentro de uma perspectiva de sustentabilidade. (IFRS, 2018, p. 97).

Esse posicionamento do IF no PDI leva-nos a refletir sobre os desafios e as possibilidades que o *Campus Viamão* tem vivenciado, a partir de sua especificidade institucional, para contribuir com a criação e/ou consolidação de alternativas, em parceria com os movimentos sociais organizados, para a fixação da população no município numa perspectiva sócio-político-cultural voltada não só para a geração de renda e diminuição das desigualdades, mas para novas formas de produzir a existência “para além capital”.

A análise das características dos estudantes do *Campus*, a partir do Diagnóstico Discente elaborado pelo Observatório de Permanência e Êxito do IFRS (2019), que contou com a participação de 223 estudantes, demonstrou que muitos deles não estão trabalhando (50,2%). Dos que trabalham, poucos têm um trabalho formal (29,7%) ou assalariado, o que se alinha aos dados estatísticos das vagas de trabalho formal no município de Viamão. Os estudantes afirmam que têm expectativa de conseguir uma ocupação ou melhorar suas condições de trabalho com a conclusão do curso (58,8%). Esses dados da realidade do trabalho no município vis a vis as expectativas dos e das estudantes abre um espaço objetivo para dirigentes, professores e estudantes da instituição no sentido de interrogarem-se acerca do tipo de trabalho para o qual os estudantes estão sendo formados. Tem sido possível incluir na agenda do *Campus* uma formação, pautada na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão voltada para outras formas de trabalho, para além do trabalho assalariado ou do empreendedorismo individual?

A resposta é sim. Para isso, tem sido fundamental a relação com os movimentos sociais. O *Campus* tem aprendido sobre o trabalho associado e autogestionário com os trabalhadores. Percebemos, no estudo do caso, a

possibilidade de circulação de saberes e valores com os trabalhadores do Assentamento Filhos de Sepé, especialmente através das ações de extensão. As demandas e os conhecimentos que circulam nessas ações têm sido incorporados na agenda de pesquisa e ensino do *Campus*, envolvendo não apenas os extensionistas (servidores, estudantes e integrantes do Assentamento), mas também a comunidade acadêmica em geral.

Isso pode ser percebido nas atividades do *Campus* que contam com a participação de pessoas do Assentamento. Buscamos identificar a relação do *Campus* Viamão com a temática do trabalho associado e autogestionário, a partir do mapeamento⁹ de cursos, de programas/projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como de produções dos servidores, o que nos levou ao Programa EcoViamão.

Assim, quando olhamos para a organização do ensino no *Campus*, identificamos cursos que contribuem para que as temáticas da Economia Solidária e do trabalho associado e autogestionário sejam abordadas. É o que acontece no Curso Técnico em Cooperativismo e na Especialização em Agroecologia; mas, de forma indireta, também podemos identificar ações nos outros cursos do *Campus*, bem como na realização de feiras de Economia Solidária, organizadas pelos estudantes do curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e dos cursos Técnicos em Administração, ou na temática de atividades do *Campus* que envolvem todos os estudantes, tais como o Desafio Criativo do *Campus* Viamão, que, em 2022, teve como temática “Escutando a Comunidade”. Pessoas envolvidas com a Economia Solidária e com os movimentos sociais relataram algumas situações e problemas norteadores para estimular os estudantes a buscarem soluções para os “problemas reais” a partir dos conhecimentos desenvolvidos nos componentes curriculares dos cursos.

Outro elemento que evidencia que a temática está sendo abordada pelo ensino é a realização de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e relatórios de estágio que envolvem o tema. Foram identificados dois TCCs de estudantes do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais que tiveram como campo empírico o Assentamento Filhos de Sepé e alguns relatórios do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental elaborados a partir de estágios realizados em cooperativas populares.

Com relação à pesquisa e à extensão, também podemos perceber alguns movimentos importantes do *Campus*, sendo identificados 23 projetos e 15 publicações. Destes dados, ressaltamos a proporção de ações de extensão: dos 23 projetos, 17 estão cadastrados como extensão, e dois, como ações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão. Com relação às publicações, foram identificadas 15 produções, o que demonstra o envolvimento tecnocientífico dos servidores com a temática. As informações elencadas indicam ações já existentes para a formação para o trabalho associado.

A partir desses dados, buscamos compreender qual é a origem dessas ações de ensino, pesquisa e extensão. Percebemos que grande parte das ações do *Campus* relacionadas à Economia Solidária e ao trabalho associado e autogestionário vinculasse, de alguma forma, ao Programa EcoViamão, que tem como um dos seus principais parceiros o Assentamento Filhos de Sepé.

⁹ Dados obtidos a partir de levantamento realizado no Portal Integra e no site do Campus Viamão do IFRS, utilizando para a busca os descritores “economia solidária”, “trabalho associado”, “autogestão” e “associativismo”.

Diante dessa conjuntura, cabe a seguinte pergunta: quais são as características do Assentamento que contribuem para tratarmos o tema do trabalho associado e autogestionário, bem como as possibilidades de processos formativos relacionados ao tema, a partir da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão?

Para responder a essa questão, faz-se necessário, inicialmente, apresentar um panorama do Assentamento Filhos de Sepé. Criado em 14 de dezembro de 1998, o Assentamento é formado por integrantes do MST, fato que traz em si um conjunto de saberes e valores construídos na luta do movimento (MAPA, 2022).

Segundo dados disponibilizados pelo Grupo de Integração Agroecológica da UFRGS, o Filhos de Sepé é o maior assentamento do RS, além de o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. As famílias que ali se instalaram vêm de diversos lugares, tendo origem em 115 diferentes municípios, o que representa uma diversidade de experiências em relação à agricultura e às formas de produção e de tipos de cultivo. Além da diversidade humana, o Assentamento é caracterizado pelas riquezas naturais, visto que, em seu centro, está a Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (GIA-UFRGS).

Para organizar a produção e a comercialização dos produtos orgânicos, em 2009, as agricultoras e agricultores assentados constituíram a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV). Atualmente, a COPERAV conta com 151 famílias associadas, que desenvolvem atividades produtivas agroecológicas em agroindústrias de panificados processamento de vegetais, hortas, pomares e lavouras de arroz. Como fruto dessa organização, surge a marca “Origem Orgânica”, que comercializa produtos cultivados sem insumos ou substâncias químicas. A missão autodeclarada pela Cooperativa é produzir alimentos agroecológicos com respeito ao meio ambiente, contemplando a diversificação, o autossustento, a inclusão social de jovens e mulheres, bem como a geração de trabalho e renda (COPERAV).

Integrante do Assentamento e gestor da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão, Zang (2021)¹⁰ destaca como conquista do Assentamento a adoção da matriz tecnológica com base na agroecologia. Com efeito, essa escolha transformou o assentamento em uma área de mais de 94 km quadrados livre de agrotóxicos e transgênicos. Em contrapartida, o autor relata os desafios enfrentados, visto que, apesar de todos os avanços produtivos logrados pelo Assentamento e pela Cooperativa, o território ainda é subutilizado; ademais, o acesso ao financiamento e à tecnologia são demandas constantes.

A ação mais recente do Assentamento, por meio da COPERAV, é a diversificação da produção de alimentos orgânicos em larga escala. Assim, em 2022, iniciaram o plantio de soja orgânica. Segundo Zang, a alternância entre arroz e soja melhora a fertilidade do solo. Em reportagem publicada pelo site “Brasil de Fato”, Zang relatou que essa rotatividade – entre o trigo e a soja – já era praticada por seus pais, e que há o desafio de produzir a leguminosa nas terras baixas para o arroz. Com isso, pretendem ter condições de criar mais animais, possibilitando a produção de proteína

¹⁰ ZANG, Huli Marcos. **Qualificação da gestão financeira para acesso ao crédito de melhor qualidade**: o caso da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão. IFRS, 2021, 52p. TCC (Graduação em Processos Gerenciais) – IFRS, Viamão, 2021.

animal autossustentável, o que irá diminuir a compra de insumos orgânicos para sua produção (PAZ, 2022).

A partir dessa aproximação entre o Assentamento Filhos de Sepé e o *Campus Viamão* do IFRS, conhecendo as possibilidades e os desafios, percebemos que, de um lado, o assentamento tem necessidades de desenvolvimento tecnológico e de conhecimentos para realizar a diversificação da sua produção e a comercialização de alimentos orgânicos; do outro lado, o *Campus Viamão* tem como papel social produzir conhecimentos, desenvolver tecnologias e contribuir para o desenvolvimento territorial por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão. Assim, por meio do Programa EcoViamão, passam a desenvolver ações conjuntas, buscando objetivos em comum e, conseqüentemente, atendendo aos objetivos de ambos.

O Programa EcoViamão¹¹ (Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Viamão e Entorno) tem como propósito a implantação e a gestão democrática de projetos e atividades agroecológicas de ensino, pesquisa e extensão. Criado em 2016 por meio de uma chamada pública do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, 2016), é considerado hoje um dos maiores programas de extensão do IFRS. Dentre os seus objetivos está promover ações de conscientização ecológica e de ampliação do consumo de produtos e serviços agroambientais, orgânicos e sustentáveis, privilegiando aqueles provenientes do cooperativismo, da Economia Solidária, do resgate e da expressão cultural local, assim como ações afirmativas e inclusivas.

O Programa EcoViamão surgiu para contribuir com um processo de transição agroecológica para estilos mais sustentáveis de desenvolvimento. De acordo com Fioreze *et al.* (2017, p. 426), “Articula-se e busca qualificar e impulsionar uma ampla rede de cooperação local/regional, protagonizado por movimentos sociais e iniciativas da sociedade civil (ONGs, OSCIPs, certificadoras, cooperativas, etc.), com alguma incidência de políticas públicas (PNAE, PAA, entre outras)”.

Ainda segundo Fioreze *et al.* (2017), o programa tem como estratégia estabelecer um processo gradual e contínuo de desenvolvimento sustentável, considerando os processos sociais (via organização e fortalecimento das representações socioambientais, resgate de saberes tradicionais e participação política autônoma), ambientais (diminuição do uso de insumos contaminantes, conservação da agrobiodiversidade e das unidades de conservação, bem como melhoria dos indicadores ambientais) e econômicos (geração e agregação de valor, organização econômica, agroindustrialização, circuitos curtos, segurança alimentar e nutricional e acesso amplo e inovador aos mercados agroalimentares). Nesse sentido, valorizaram-se os trabalhos existentes e as parcerias institucionais e sociais; entre elas, o Assentamento Filhos de Sepé.

Várias ações de ensino, pesquisa e extensão estão relacionadas ao Programa EcoViamão, algumas delas formalizadas enquanto projeto. Neste estudo, destacamos o projeto de redesenho da matriz agroecológica do Assentamento Filhos de Sepé.

Como relata Zang (2019),¹² um dos maiores desafios no Assentamento Filhos de Sepé é a inclusão socioprodutiva das famílias. Nesse sentido, o projeto de

¹¹ Dados informados no texto do programa cadastrado no Sistema de Gestão de Projetos do IFRS.

¹² ZANG, Huli Marcos. **Inclusão socioprodutiva das famílias do quadro social da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão**. IFRS, 2019, 16p. Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, IFRS, Viamão, 2019.

redesenho da matriz agroecológica, realizado em parceria com o Campus, foi elaborado no intuito de desenvolver a produção de alimentos orgânicos pelas famílias cooperadas e a inserção dessas na vida da COPERAV, envolvendo uma série de ações voltadas a esse objetivo. Zang complementa que 376 famílias fazem parte do assentamento, e destas, 151 são associadas à Cooperativa. Ainda, dessas 151 famílias, avalia-se que a grande maioria não tem vida ativa na Cooperativa, econômica e/o socialmente.

O território onde se situa o Assentamento, apesar dos muitos avanços produtivos com a adoção da matriz agroecológica, ainda é subutilizado. Dessa forma, propor alternativas à utilização do território e, ao mesmo tempo, incluir as pessoas nesses projetos (principalmente os jovens e mulheres, mas também os mais velhos) é o processo que está em andamento no Assentamento, com a colaboração e a troca de conhecimentos com o *Campus Viamão* do IFRS (ZANG, 2019).

Zang (2019) ressalta que a cooperação é uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico das famílias. Em se tratando do caso do Assentamento, o cooperativismo é ainda mais imprescindível pelo modelo tecnológico de produção adotado: a agroecologia. (ZANG, 2019).

Assim, o projeto de redesenho da matriz agroecológica, que já apresenta alguns avanços – como o início da produção de uvas, citros, maracujá e outros hortigranjeiros; a melhoria na eficácia do arroz orgânico; o controle da turbidez da água; a agroindustrialização e a comercialização em rede; o acesso ao crédito solidário; bem como a educação de jovens e adultos (IFRS, 2021) – está contribuindo para a inclusão socioprodutiva, ao proporcionar incremento à geração de renda (pela diversificação de produtos) e maior participação do quadro social na vida ativa da cooperativa, engajando mais trabalhadores do Assentamento na mesma luta.

Da mesma forma, essas ações têm contribuído para a formação dos estudantes do *Campus Viamão* em âmbitos diversos, como a participação de estudantes no projeto de redesenho da matriz agroecológica e do EcoViamão; inserções das discussões sobre a temática em componentes curriculares dos cursos; além de práticas desenvolvidas no Assentamento e na interface com o projeto de hortas escolares, no curso de extensão em Agroecologia, em que há doação de mudas e realização de atividades em conjunto. Tais iniciativas demonstram relevante potencial para a concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver sob a hegemonia do modo de produzir a existência humana capitalista nos faz, por vezes, não observar, tampouco perceber que, no interior das contradições capital-trabalho, mulheres e homens trabalhadores resistem, lutam e experimentam outros modos de vida em que a hegemonia é do trabalho sobre o capital. No que diz respeito às relações entre trabalho e educação, uma mudança de lentes nessa perspectiva pode auxiliar-nos a perceber que, nas experiências vividas e refletidas de trabalho associado e autogestionário, estão se produzindo elementos de uma pedagogia da produção associada e autogestionária.

Com base em alguns posicionamentos político-epistemológicos sobre formação para o trabalho associado e autogestionário e sobre a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, trouxemos para reflexão o caso da relação entre

o IFRS-*Campus* Viamão e o Assentamento Filhos de Sepé, para, numa primeira aproximação,¹³ identificar a potência dessa experiência para refletir sobre desafios e possibilidades para os IFs incorporarem ou consolidarem ações de formação para o trabalho associado e autogestionário.

A experiência, ainda em estudo, indica a existência de um processo em andamento de construção da relação entre a instituição de ensino e o movimento social orientada pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, numa perspectiva político-epistemológica emancipatória que guarda forte relação com aquela apresentada neste artigo. A intencionalidade política e educativa de matriz emancipatória dos atores envolvidos e a mútua abertura para a construção da relação têm permitido, parece-nos, uma prática de extensão pautada na comunicação dialógica, na perspectiva de Paulo Freire.

Com efeito, tem-se propiciado um espaço promissor de experimentação para o IFRS-*Campus* Viamão, conforme indicado no texto de variadas ações de formação para o trabalho associado e autogestionário do corpo discente da instituição, por meio de um relevante processo de circulação de saberes técnico-produtivos e ético-políticos do trabalho associado entre trabalhadores, professores e estudantes.

Ademais, é preciso destacar que o ator Assentamento realiza uma rica e amadurecida experiência, produtora de inúmeros saberes que favorecem a qualidade do diálogo estabelecido com o Instituto. Trata-se de um efetivo processo de produção de saberes forjados na luta por produzir a vida associativamente, mediados pelo trabalho associado, numa relação ser humano-natureza de busca de equilíbrio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 30 nov. 2008.

CONAES. Conselho Nacional de Economia Solidária. **3ª Conferência Nacional de Economia Solidária**: construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. 2014. Disponível em:

<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E0149C3C1859D324B/ANEXO%20I%20-%20Texto%20de%20Refer%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COUTO, Andressa Freire Ramos. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT**: uma proposta para o planejamento integrador no IFES – Campus Colatina. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, IFES, Vitória, 2022.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Para explicar a tempestade e sular a bonança**. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

¹³ As reflexões e os dados apresentados fazem parte de uma pesquisa que está em andamento intitulada “As relações entre teoria e prática para o trabalho associado em ações de ensino, pesquisa e extensão: o caso do Programa EcoViamão”.

DAGNINO, Renato. **Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia**: abordagens alternativas para uma nova América Latina. Campinas Grande: EDUEPB, 2010.

DOMINGUES JUNIOR, Jurandir. O IFSP como ator fundamental para o surgimento e consolidação de uma cultura de Economia Solidária na Educação Profissional do Estado de São Paulo? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROCOAS, 14. **Anais...** Córdoba: Editorial de la Universidad Nacional de Córdoba, 2018. v. 1. p. 120-136.

FIGUEIREDO, Amilton de Moura. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: contexto de influência, produção de texto e tensões, na construção da política pública, relativa ao processo de criação dos Institutos Federais. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

FIOREZE, Cláudio *et al.* Programa EcoViamão e a promoção da sustentabilidade numa região metropolitana. *In*: Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 35. Área temática: Meio Ambiente. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3731>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia; TIRIBA, Lia. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. *In*: ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. (org.). **Cios da terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022, p. 191-208.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p.125-149.

GIA-UFRGS. Grupo de Integração Agroecológica. **Nutrindo corpos, mentes e novas relações**. Documento eletrônico. 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gia/assentamento.html>. Acesso em: 8 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Redesenho da Matriz Agroecológica do Assentamento Filhos de Sepé**. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/viamao/ecoviamao/projetos/redesenho-da-matriz-agroecologica-do-assentamento-filhos-de-sepe/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2019-2022**. Bento Gonçalves, 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/>. Acesso em: 2 out. 2022.

KAPRON, Sérgio; BRAGATTI, Theo. **Nota Técnica 01**: Estimativas Populacional de Viamão – Base 2019. Viamão: ObservaViamão, 2020. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/viamao/wp-content/uploads/sites/11/2021/03/NT-01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

KAPRON, Sérgio; BRAGATTI, Theo; RODRIGUES, Eduardo. **Nota Técnica 05:** Vínculos de Trabalho Formal em Viamão: dados por setor a partir da RAIS. Viamão: ObservaViamão, 2021. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/viamao/wp-content/uploads/sites/11/2021/12/NT-05.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

KAPRON, Sérgio; CAMARGO, Danielle. **Nota Técnica 07:** PIB e população de Viamão. Viamão: ObservaViamão, 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/viamao/wp-content/uploads/sites/11/2022/11/NT-PIB-Popul-07-set-22.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projetos da Reforma Agrária conforme fase de implementação.** Brasília: Incra, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular.** 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária:** diálogos populares. 1. ed. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002. v. 1000. 209p

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** concepção e diretrizes. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2023.

MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro; WILSON Castello Branco Neto; GUTIERREZ, Luis Alejandro Lasso. Projetando Empreendimentos econômicos solidários. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 3, n. 1, ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1012>. Acesso em: 6 abr. 2023.

PAZ, Walmaro. Assentamento Filhos de Sepé de Viamão inicia plantio de soja orgânica. **Jornal Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/18/assentamento-filhos-de-sepe-de-viamao-inicia-plantio-de-soja-organica>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PELLISSARI, Lucas Barbosa; NASCIMENTO, Maria Luiza Freitas Marques. Educação profissional e economia solidária: um olhar a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, p. 442-472, 2020.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 21, p. 71-85, 2003.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Apresentação. In: BENINI, Édi *et al.* (org.). **Gestão Pública e Sociedade:** fundamentos e políticas públicas de economia solidária. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 7-10.

SILVA, Fabiana Rodrigues da; SILVA, Anderson Renan Aprigio da; VASCONCELOS SEGUNDO, Vanessa Cláudia; LIMA, Eveline Nogueira. Dynamics of implementing an agroecological fair in Ipanguaçu, Rio Grande do Norte, Brazil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 17, n. 3, p. 206-210, 2022. DOI: 10.18378/rvads.v17i3.9027. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/9027>. Acesso em: 6 abr. 2023.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, dez. 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732013000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2023.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**, v. 24, p. 405-426, 2015.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Produção associada e autogestão. *In*: CALDART, Roseli *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 612-618.

ULLRICH, Danielle Regina. A construção de saberes no cárcere: a experiência do Programa Mulheres SIM no Presídio Regional de Caçador. **NAU Social**, v. 7, n. 13, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ns.v7i13.31363>. Acesso em: 10 fev. 2023.